

Brasília-DF, 11 de dezembro de 2025

Em defesa da justiça e da democracia: O Congresso não pode ser cúmplice do golpismo



Deputado Glauber Braga é retirado à força pela Polícia Legislativa / Crédito: Reprodução

por José Reginaldo Inácio

A democracia brasileira está sob ataque. Mais uma vez, assistimos a uma afronta direta às instituições, à Constituição e à vontade popular. O Congresso Nacional, que deveria ser a casa do povo, transformou-se em palco de manobras ardilosas para beneficiar aqueles que tentaram destruir o Estado Democrático de Direito.

Na sessão em que foi aprovado o PL da dosimetria, aprovou-se a redução de pena para Jair Bolsonaro, demais golpistas do 8 de janeiro e outros criminosos como uma variedade de delitos graves. A mesma Casa que foi invadida, depredada e violentada em 2023 agora estende a mão para os responsáveis por esse atentado. Enquanto trabalhadoras e trabalhadores lutam por direitos, dignidade e justiça social, uma parcela do legislativo se dedica a minar a própria ideia de justiça.

A truculência não se limitou ao texto da proposta. Durante a votação, a imprensa foi agredida e expulsa para não registrar a violência contra o Deputado Federal Glauber Braga, que, na mesa do plenário, denunciava a manobra. O cálculo é escandaloso: segundo a própria equipe do relator, se o projeto virar lei, **Bolsonaro cumpriria menos de um décimo da pena de 27 anos e três meses a que foi condenado. Apenas cerca de 2 anos e 4 meses em regime fechado para quem orquestrou um ataque à sede de cada um dos três poderes da República.**

Não é um fato isolado. Há pouco tempo, a extrema direita sequestrou o plenário da Câmara, desmoralizou

a Mesa Diretora e paralisou os trabalhos por quase 48 horas. Os responsáveis por esse atentado contra o funcionamento do Parlamento **saíram impunes e, agora, avançam na missão de anistiar golpistas.**

A sociedade brasileira não pode se calar. É um momento de revolta, sim, mas também de organização e resistência. Tal como ocorreu na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que aprovou a soltura do presidente da Casa acusado de repassar informações sigilosas a líderes do Comando Vermelho (CV), agora a extrema direita repete o roteiro no Congresso Nacional. **Eles se revelam tão criminosos quanto aqueles que defendem.**

Conclamamos, veementemente, por repúdio nacional à quebra do acerto de contas com a história. **Não se pode aceitar a normalização do golpismo, da impunidade e do desrespeito às leis.** A bandidagem escrachada desse campo político não representa a classe trabalhadora, não representa o Brasil e não pode ficar sem resposta.

Clamamos a toda a sociedade, movimentos sociais populares, entidades sindicais e aos verdadeiros defensores da democracia a reagir. Nas ruas, nas praças, nos locais de trabalho já, mas, sobretudo nas urnas em 2026. Só com organização popular e consciência cidadã poderemos restaurar o sentido da justiça e recolocar o Estado a serviço do povo, e não de criminosos e seus cúmplices.

A hora é de união, de luta e de esperança. O Brasil não pode retroceder.

***José Reginaldo Inácio** é presidente da CNTI

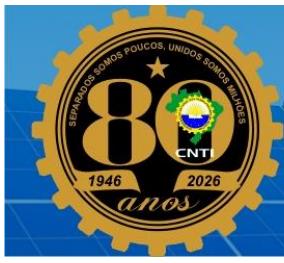
Assessoria de Imprensa da CNTI

Contribuição Assistencial – Parecer técnico

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

O advogado sindical e consultor do DIAP, Hélio Stefani Gherardi, emitiu parecer técnico sobre a recente mudança do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à constitucionalidade da contribuição assistencial.

O documento destaca três pilares da decisão: a vedação da cobrança retroativa, a garantia do direito de oposição dos trabalhadores sem interferência de



Brasília-DF, 11 de dezembro de 2025

terceiros e a necessidade de que os valores cobrados sejam razoáveis e compatíveis com a capacidade econômica da categoria.

O texto reforça que a definição do valor e do prazo para oposição deve ser feita de forma democrática, em assembleia, assegurando transparência e equilíbrio entre o custeio sindical e os direitos fundamentais dos trabalhadores.

[Leia aqui a íntegra do documento](#)

Fonte: Diap

dois anos antes, no caso, 2024. No último dia 4, o IBGE revisou os dados do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país) de 2024, confirmado a expansão em 3,4%.

No entanto, o arcabouço fiscal - mecanismo que controla a evolução dos gastos públicos - determina que o ganho acima da inflação seja limitado a um intervalo de 0,6% a 2,5%.

Por essa regra, o salário mínimo de 2026 pode ser de R\$ 1.620,99. Com o arredondamento previsto em lei, R\$ 1.621. Reajuste total de R\$ 103 (6,79%).

Revisão

O resultado anunciado nesta quarta-feira fará o governo revisar cálculos para as contas públicas no ano que vem, pois o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, aprovado no Congresso, estima o salário mínimo em R\$ 1.627, que representaria reajuste de 7,18%.

O valor do salário mínimo tem reflexos nas contas públicas, além do próprio efeito em si, pois serve como base para outros gastos como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade.

Fonte: Agência Brasil



**INPC ACUMULADO
12 MESES
DATA-BASE EM
DEZEMBRO 4,18%**



Inflação que reajusta o salário mínimo fecha em 4,18%

Valor em janeiro pode subir para R\$ 1.621

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - indicador utilizado no cálculo do reajuste anual do salário mínimo - registrou 0,03% em novembro e acumula 4,18% em 12 meses.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (10), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O salário mínimo 2025 é de R\$ 1.518. Para 2026, a regra de reajuste determina que o valor sofra duas correções. Uma é pelo INPC de 12 meses acumulado até novembro do ano anterior, 2025. Ou seja, os 4,18% anunciados nesta quarta-feira (10).

A segunda correção é o crescimento da economia de

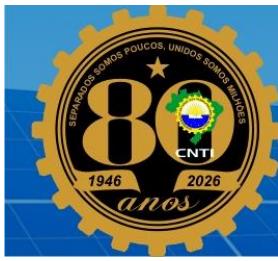
CCJ do Senado aprova PEC que põe fim à jornada 6x1

Proposta reduz carga horária para 36 horas semanais de forma gradual; texto segue agora para o plenário da Casa



Crédito: Geraldo Magela/Agência Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (10/12), a proposta de emenda à Constituição que extingue a jornada de trabalho 6x1 e garante ao trabalhador, no mínimo, dois dias consecutivos de descanso semanal. O texto, relatado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), segue agora para deliberação no plenário.



INFORMATIVO SINDICAL

www.cnti.org.br

MATERIAS VEICULADAS NA INTERNET

Brasília-DF, 11 de dezembro de 2025

A PEC estabelece que o repouso semanal remunerado deve ocorrer em, pelo menos, dois dias, preferencialmente aos sábados e domingos. A jornada máxima passa a ser de oito horas por dia e 36 horas por semana, distribuídas em até cinco dias de trabalho. O modelo atual, previsto na Constituição, permite até 44 horas semanais. As mudanças não poderão acarretar redução salarial.

De acordo com o relator, a implantação será gradual para permitir que empresas e setores produtivos se adaptem. Pela regra de transição, a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à promulgação, a carga semanal não poderá ultrapassar 40 horas. Nos anos seguintes, haverá redução anual de uma hora até chegar ao limite de 36 horas semanais.

Autor da proposta, que tramita desde 2015, o senador Paulo Paim (PT-RS) defende que a mudança moderniza as relações de trabalho e beneficia milhões de brasileiros. Carvalho avalia que a medida deve impulsionar a economia e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. "Vai mudar a realidade social do país", afirmou.

O debate sobre a redução da jornada também ocorre na Câmara dos Deputados, mas enfrenta resistência de setores do comércio e da indústria, que apontam possíveis impactos econômicos. No Senado, o presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), destacou que o tema foi amplamente discutido em três audiências públicas antes de ser votado.

Segundo Otto, apesar da aprovação na comissão, o avanço final da PEC deve ocorrer somente em 2026, devido ao encerramento das atividades legislativas neste ano. "É um debate importante. Muitas empresas já adotam o modelo 5x2, portanto, não é uma grande novidade", afirmou o senador após a sessão.

Fonte: Correio Braziliense

Campanha da OIT reforça urgência do enfrentamento ao assédio e à violência de gênero na mineração



Para marcar os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou uma nova campanha para conscientizar sobre a necessidade de combater o assédio e a violência de gênero no setor da mineração.

A peça central da campanha é um vídeo que retrata a rotina de trabalho de uma mulher em uma das maiores mineradoras do mundo.

Segundo a OIT, as mulheres representam menos de

um quinto dos cerca de 21,4 milhões de trabalhadores da mineração. No entanto, a crescente participação de mulheres nesse setor torna ainda mais relevante fortalecer práticas e políticas que promovam a igualdade de oportunidades e a proteção contra todas as formas de violência e assédio, incluindo aquelas motivadas por gênero.

Por isso, a OIT convoca trabalhadores e trabalhadoras da mineração e empresas a unirem esforços para promover ambientes de trabalhos verdadeiramente seguros e livres de comportamentos que representam riscos à integridade física, psicológica e profissional das trabalhadoras.

Com o slogan "Mais fortes juntos por minas mais seguras", a campanha defende que nenhuma mina é totalmente segura se as mulheres não estiverem seguras e reforça que a promoção da segurança e da saúde no setor vai além do investimento em medidas técnicas, exige também uma cultura organizacional que previna e combatá todas as formas de assédio e violência.

Quando as minas se tornam mais seguras para as mulheres, todos se beneficiam e o setor avança para um futuro mais justo, produtivo e sustentável. O vídeo da campanha está disponível em inglês, espanhol, francês e português.

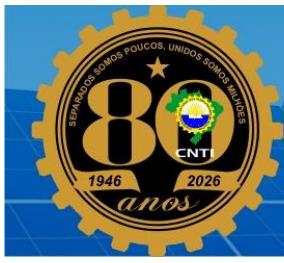
Normas internacionais

Historicamente caracterizada por uma força de trabalho predominantemente masculina, a mineração possui uma cultura consolidada de segurança e disciplina operacional. Essa cultura, que valoriza o cuidado mútuo, o trabalho em equipe, o cumprimento rigoroso de normas e a proteção da vida, constitui uma base sólida para a incorporação de medidas que ampliem a noção de segurança para além dos riscos físicos, abrangendo também a construção de ambientes de trabalho respeitosos, inclusivos e livres de discriminação.

A OIT promove o direito a um ambiente de trabalho seguro no setor por meio da Convenção sobre Segurança e Saúde nas Minas (nº 176), de 1995, além da implementação de Códigos de Práticas sobre segurança em minas subterrâneas e a céu aberto. Já a Convenção sobre Violência e Assédio no Trabalho, No. 190 (C190), da OIT, oferece um marco jurídico para prevenir, remediar e eliminar a violência e o assédio no mundo do trabalho, incluindo a violência de gênero e o assédio.

Nesse sentido, a OIT convoca o setor mineral a fortalecer o diálogo, ampliar iniciativas preventivas e adotar ações decisivas para eliminar a violência e o assédio no mundo do trabalho.

Fonte: OIT



Brasília-DF, 11 de dezembro de 2025

Lula avalia vetação de pontos do PL da Dosimetria

Planalto admite possibilidade de presidente marcar posição política após aprovação do texto pela Câmara dos Deputados



Valter Campanato/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia vetação do projeto de lei que trata da dosimetria das penas dos condenados por atos antidemocráticos. O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados na madrugada desta quarta-feira (10).

Apesar de evitar se manifestar sobre o resultado da votação, Lula tem sinalizado a ministros palacianos que reagirão em sentido contrário à Câmara quando o projeto chegar ao seu gabinete.

No entorno do presidente, há o entendimento de que Lula deve marcar posição política sobre o assunto, ainda sob o risco de o voto ser derrubado pelo Congresso Nacional.

Antes, o petista espera a decisão do Senado sobre a condução do projeto e acredita que, posteriormente, haverá rejeição ao PL no STF (Supremo Tribunal Federal).

O texto ainda precisa passar pela análise do Senado antes de seguir para sanção. Nesta quarta, o presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa, Otto Alencar (PSD-BA), anunciou que Esperidião Amin (PP-SC) será o relator do texto no colegiado. A ideia é que o relatório sobre a matéria seja apresentado já na próxima semana.

Antes disso, o Senado avaliava que o texto fosse apreciado diretamente pelo plenário da Casa, como indicou o presidente Davi Alcolumbre (União-AP).

"Nós vamos deliberar esse projeto no plenário do Senado Federal, assim que a Câmara deliberar. Este ano ainda", declarou na terça-feira (9).

Fonte: CNNBrasil

Lula lidera com 38% em cenários eleitorais, diz Ipsos-Ipec; Flávio Bolsonaro tem 19%

O governador que se sai melhor é o de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que aparece com 17% num cenário em que não há candidatos com o sobrenome Bolsonaro



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deve tentar a reeleição no próximo ano, lidera com 38% em quatro cenários eleitorais de uma pesquisa Ipsos-Ipec divulgada nesta terça-feira, sendo que o adversário com melhor desempenho é a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, com 23%, e o candidato escolhido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, seu filho Flávio, aparece com 19%.

No cenário que tem o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como candidato, o governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), tem 9%, seguido pelos governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (União), com 7%, e de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), com 5%.

O governador que se sai melhor é o de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que aparece com 17% num cenário em que não há candidatos com o sobrenome Bolsonaro.

No cenário em que o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) aparece na disputa, ele tem 18% das intenções de voto.

'Lula aparece com um piso consistente de 38% independentemente do adversário. Os nomes da direita próximos ao ex-presidente performam em patamar similar, o que sugere que a definição do candidato tende a reorganizar votos dentro do mesmo campo, mais do que ampliar o alcance atual. Há espaço para movimentos, mas o ponto de partida da disputa não se altera', disse Márcia Cavallari, diretora da Ipsos-Ipec, em release da pesquisa.

O levantamento ouviu 2.000 pessoas entre os dias 4 e 8 de dezembro, em 131 municípios do país. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Fonte: Reuters